Autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizada a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB), documento de identificação destinado aos professores da educação pública e privada.

Parágrafo único. A CNDB terá fé pública e validade em todo o território nacional.

Art. 2º A CNDB tem por objetivos:

- I identificar os professores das redes pública e privada de educação;
- II promover a valorização e o reconhecimento dos professores;
- III facilitar o acesso às prerrogativas decorrentes da condição de professor.
- Art. 3º A CNDB conterá, no mínimo, os seguintes elementos:
- I nome, filiação, local e data de nascimento do identificado;
- II órgão ou instituição de ensino em que o identificado trabalha, com indicação do ente federativo;
 - III data de expedição do documento;
 - IV data de validade do documento;
 - V fotografia, no formato 3x4 cm, do identificado;
 - VI número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - VII inscrição "Válida em todo o território nacional";
 - VIII assinatura do dirigente do órgão expedidor;
- IX código de barras bidimensional no padrão QR Code (quick response code).
- **Art. 4º** As normas para a expedição, a validade e o modelo do documento de identificação de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento.
- **Art. 5º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fornecerão à União as informações e os dados necessários para a manutenção e a atualização da base de dados de profissionais da educação, conforme disposto em ato do Ministro de Estado da Educação.
 - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de maio de 2025.

Senador Davi Alcolumbre Presidente do Senado Federal







